



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

PORTARIA N°. 131, DE 04 DE AGOSTO DE 2010

Outorgar a Gincó Empreendimentos Imobiliários Ltda., o direito de uso dos Recursos Hídricos para diluição de efluentes no Ribeirão do Lipa.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, no uso das atribuições que lhe confere o Art.71, IV, da Constituição Estadual c/c a Lei Complementar n°. 214, de 23 de junho de 2005, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), e;

Considerando os Termos da Lei Estadual 6.945, de 05 de novembro de 1997, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n.º29, de 24 de setembro de 2009, que estabelece critérios técnicos referentes à outorga para diluição de efluentes em corpos hídricos superficiais de domínio no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa n.º11, de 03 de setembro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de águas de domínio do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar a Gincó Empreendimentos Imobiliários Ltda., CNPJ n° 05.808.790/0001-50, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos recursos hídricos no Ribeirão do Lipa, com a finalidade de diluição de efluentes do empreendimento supracitado localizado no município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I - Lançamento de efluentes na Coordenada Geográfica: 15° 32'53,60" S e Long. 56° 05'25,77" W, com uma vazão máxima de lançamento de 40,32 m³/h (0,0112 m³/s ou 11,20 L/s) e concentração máxima de Matéria Orgânica de 30,0 mgO₂/L representada pela Demanda Bioquímica de Oxigênio (D.B.O_{5,20°C}), correspondendo a Carga Máxima de D.B.O_{5,20°C} de 29,03 KgDBO/dia;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

II - O empreendedor deverá instalar medidor de Vazão Contínua Automatizado de efluentes para monitoramento do lançamento de efluentes da estação de tratamento no corpo hídrico, devendo este estar em funcionamento no início da operação da estação de tratamento de efluentes, objeto desta outorga, com medições mensais cujo relatório terá que ser enviado semestralmente para a Gerência de Outorga, deverá ainda conter no primeiro relatório as especificações técnicas do medidor de vazão;

III - O empreendedor deverá realizar o monitoramento da qualidade da água do corpo hídrico (montante e jusante) e do efluente final. Os parâmetros a serem analisados no Ribeirão do Lipa são: Fósforo Total, Nitrogênio Total, Sólidos Totais, pH, Temperatura da Água, DBO_{5,20°C}, Turbidez, Oxigênio Dissolvido, Óleos e Graxas e Coliformes Termotolerantes mensalmente. Com relação ao efluente final os parâmetros: Temperatura da Água, Óleos e Graxas, pH, DBO_{5,20°C}, DQO, Sólidos em Suspensão e Sólidos Totais mensalmente. Os Relatórios das análises deverão ser encaminhados para a Gerência de Outorga semestralmente até o prazo de validade desta outorga e as análises deverão ser realizadas por laboratório terceirizado e com cadastro no órgão ambiental.

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 31 de Agosto de 2012, podendo ser suspensão parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007;
- IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único: Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;

II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.

Art. 4º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05/11/1997.

Art. 7º A Outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 04 de agosto de 2010.

**REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRADA-SE.**

ALEXANDER TORRES MAIA
Secretário de Estado do Meio Ambiente
SEMA/MT

(Original Assinada)

****Publicada no D.O.E. do dia 06/08/2010.***